

ENDIVIDAMENTO E INTENÇÃO DE CONSUMO DOS BRASILEIROS: ANÁLISE DE SÉRIE HISTÓRICA DE ÍNDICES DA CNC (2010 - 2018)

SANTOS, Isabela Ladeia ¹
PENEDO, Antônio Sérgio Torres ²

RESUMO

Na abordagem das finanças comportamentais, os estudos acerca do endividamento do consumidor vêm ganhando cada vez mais espaço e gerando o alerta para que sejam tomadas atitudes que contenham seu avanço. O objetivo deste estudo é analisar as séries históricas dos índices PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor) e ICF (Intenção de Compra das famílias) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC no período de 2010 a 2018. Os principais resultados apontam que no Brasil existe uma grande parcela de famílias endividadas e estas possuem em sua maioria cerca de 11% a 50% da sua renda mensal já comprometida com dívidas. A principal fonte de dívidas está concentrada nos cartões de crédito, e além disso, o tempo de comprometimento com dívidas da maioria passa de um ano.

Palavras-chave: Endividamento, Educação Financeira, Finanças Comportamentais.

INDEBTEDNESS AND INTENTION OF CONSUMPTION IN BRAZIL: ANALYSIS OF HISTORICAL SERIES OF CNC INDEXES (2010 - 2018)

ABSTRACT

In the behavioral finance approach, studies of consumer indebtedness have been gaining more and more space and generating the alert for attitudes that contain their advancement. The objective is to analyze the historical series of the PEIC (Consumer Indebtedness and Delinquency Survey) and ICF (Intention to Purchase Families) indices of the National Confederation of Trade in Goods, Services and Tourism (CNC) from 2010 to 2018. The main results indicate that in Brazil there is a large number of indebted families, and most of them have about 11% to 50% of their monthly income already committed to debt. The main source of debt is concentrated in credit cards, and in addition, the time of commitment with the debts of the majority passes of one year.

Keywords: Indebtedness, Financial Literacy, Behavioral Finance.

¹Mestranda de Administração da Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: isa.ladeia@hotmail.com.

²Doutor em Engenharia de produção. Professor pela Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: astpenedo@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Na abordagem das finanças comportamentais, em que as finanças passam a ser associados aspectos que são mais subjetivos e ajudarão a entender como pode acontecer as interferências do comportamento humano na tomada de decisões, os estudos sobre o endividamento do consumidor vêm ganhando espaço e gerando o alerta para que sejam tomadas atitudes que contenham seu avanço (Donadio, Campanario & Rangel, 2012).

Devido a situações inesperadas ou mesmo por descuido e falta de planejamento das finanças pessoais, os indivíduos perdem sua capacidade de pagar as dívidas contraídas e honrar seus compromissos financeiros. A pessoa quando se encontra em situação de endividamento deve ficar em alerta, pois esta, pode ser branda ou pode gerar grandes saldos em que se torna incapaz de pagar o montante, e assim corre o risco de torna-se inadimplente. (Lemos, Serra & De Siqueira, 2017).

Entre as possíveis causas do endividamento pode-se destacar o materialismo que faz com que o indivíduo valorize mais a função social do produto em detrimento de sua real funcionalidade, uma outra razão pode ser pelo comportamento compulsivo com compras, a falta de planejamento financeiro ou imprevistos como a perda de um emprego, entre outras (Kunkel, Vieira & Potrich, 2015).

A falta de alfabetização financeira também chama a atenção, pois, os jovens brasileiros não recebem este tipo de educação nas escolas, mas estão tendo acesso ao crédito de maneira fácil e cada vez mais cedo (Medeiros, Diniz, da Costa & Pereira, 2015).

Com vistas a tratar da temática do endividamento, o objetivo deste estudo é analisar as séries históricas dos índices PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor) e ICF (Intenção de Compra das famílias) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC no período de 2010 a 2018.

O diferencial deste estudo é trazer um levantamento da base de dados destes índices que são coletados mensalmente, e, através da série histórica, conseguir perceber nos resultados quais foram as características do endividamento e como foi a intenção de consumo das famílias brasileiras desta década.

Este estudo é composto por esta introdução e é seguido pela revisão de literatura que abordará sobre a as finanças comportamentais, endividamento e alfabetização financeira. Posteriormente será apresentado os métodos utilizados nesta pesquisa, resultados e discussão e considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Finanças Comportamentais

Finanças comportamentais é uma abordagem para os mercados financeiros que argumenta que alguns fenômenos financeiros podem ter uma melhor compreensão utilizando modelos em que os agentes não são tão racionais como o paradigma tradicional havia proposto. De forma mais específica, ela irá analisar o que acontece quando há um relaxamento da racionalidade individual (Barberis & Thaler, 2003).

O paradigma tradicional das finanças busca entender os mercados financeiros fazendo uso de modelos em que os agentes são tidos como racionais. Esta racionalidade aponta que

quando os agentes recebem novas informações, eles atualizam suas crenças de forma correta ou fazem as escolhas normativamente aceitáveis (Barberis & Thaler, 2003).

A teoria dos mercados eficientes é um exemplo desta ideia que era tida no campo das finanças e segundo Shiller (2003), esta teoria atingiu o seu auge na década de 1970. Tornava-se o centro das atenções o pensamento de que os preços dos ativos iriam sempre apresentar as melhores informações acerca dos valores fundamentais, além de os preços mudarem apenas em decorrência de informações que fossem boas e sensatas.

A estrutura tradicional é relativamente simples, porém estas previsões não se confirmavam nos dados que eram analisados e após de anos de esforços, ficou claro que fatos sobre o comportamento comercial não são facilmente compreendidos neste contexto. Os anos 1980 foi um momento importante para a discussão acadêmica sobre a consistência do modelo de mercados eficientes. O que preocupava os pesquisadores da área era o excesso de volatilidade das ações em relação ao que seria previsto no modelo de mercados eficientes (Shiller, 2003).

É pertinente considerar conceitos de finanças que possuam associação a aspectos mais subjetivos, tal como áreas de estudo da sociologia e psicologia, pois irão ajudar a entender como o comportamento humano interfere na tomada de decisão (Minella, Bertosso, Pauli & Dalla Corte, 2017). Esta colaboração entre finanças e outras ciências sociais, que foi difundida nos anos 1990, ficou conhecida como finanças comportamentais e levou a um aprofundamento dos conhecimentos dos mercados financeiros (Shiller, 2003).

As finanças comportamentais buscam elaborar um modelo sobre o comportamento humano em busca da obtenção de uma explicação mais detalhada de como características emocionais, de crenças, otimismo, conservadorismo, os erros e fraquezas cognitivas podem gerar influência nas decisões que são tomadas pelos agentes e como os padrões comportamentais podem determinar mudanças mercadológicas. Cabe ressaltar que esta abordagem tem sido uma importante alternativa para explicar e compreender algumas propriedades do mercado financeiro e como bases psicológicas podem ser responsáveis por comportamentos falhos dos agentes (Minella, Bertosso, Pauli & Dalla Corte, 2017; Daros & Pinto, 2017).

Neste contexto, houve nos últimos anos, um aumento de estudos com enfoque no comportamento financeiro. O endividamento do consumidor é uma temática desta abordagem que vêm sendo estudada e ganhando destaque diante alguns autores (Flores, Vieira & Coronel, 2013; Cruz Neto, Penãloza, Quezado & Gerhard, 2016).

2.2 Endividamento

O endividamento pode ser entendido, de modo geral, como a contração de dívidas. O saldo devedor é gerado por capital de terceiros, assumido por um indivíduo. O saldo negativo pode ser resultante de uma ou diversas dívidas simultâneas que não foram pagas decorrente de uma ação voluntária ou involuntária do devedor (Minella, Bertosso, Pauli & Dalla Corte, 2017). O endividamento também pode ser conceituado como algo que foi usufruído ou adquirido antes da realização do pagamento. Neste sentido, o consumo antecipado faz com que o indivíduo contraia uma dívida e passa a se enquadrar como um endividado (Contreras, La Fuente, Fuentealba, García, & Soto, 2006; Carvalho, Lima, Mota & Freitas, 2015; Carvalho, Sousa & Fuentes, 2017).

As pessoas que se deparam com esta situação podem comprometer uma considerável parcela da sua renda ao apresentar gastos que superam os recebimentos e assim não possuem condições de quitar essas dívidas (Minella, Bertosso, Pauli & Dalla Corte, 2017). A Capacidade pagadora é a habilidade do indivíduo em honrar os compromissos assumidos. É o potencial que o cliente possui para saldar seus débitos. Quando uma pessoa não possui a capacidade pagadora, torna-se inadimplente, pois passa a ter dificuldade de pagar as dívidas possuídas (Lemos, Serra & De Siqueira, 2017).

O endividamento da população engatilhou em 2008 com uma grave crise econômica mundial que teve início nos Estados Unidos. Situação essa, que se deu devido a empréstimos concedidos a uma parte da população para financiar imóveis. O grande problema é que essas hipotecas foram concedidas a pessoas que não possuíam renda, trabalho ou ativos, e essa falta de rendimentos fez com que elas não conseguissem quitar suas dívidas de alto valor (Donadio, Campanario & Rangel, 2012).

Dentre os conceitos encontrados que envolvem o nível de dificuldade financeira, Campara, Vieira, Costa & dos Santos Fraga (2016) dão ênfase a três deles: endividamento, sobre-endividamento e inadimplência. Estes termos são muitas vezes tidos como sinônimos, porém representam níveis distintos de complicação das finanças. O endividamento é considerado o nível mais brando dentre eles, é um compromisso financeiro firmado para ser quitado futuramente. O próprio ato de contrair uma dívida faz do indivíduo um endividado.

Quando a situação agrava, o endividamento é chamado de sobre-endividamento e ele é decorrente da incapacidade que o devedor possui de pagar suas dívidas no prazo determinado. Assim, passa a deixar em atraso despesas e contas. Devido a esta situação, a pessoa ou família não consegue pagar parcelas e juros decorrentes dos atrasos após arcar com despesas que não podem ser adiadas, como saúde e alimentação (Campara, Vieira, Costa & dos Santos Fraga, 2016; Carvalho, Sousa & Fuentes, 2017).

E por fim há a inadimplência, que reflete a situação de dívida mais agravada, pois se refere a uma dívida de montante tão elevado que ultrapassa as condições que o indivíduo tem de pagamento. Os prazos estabelecidos de forma prévia não conseguem ser cumpridos, ultrapassando assim todas as condições de pagamento. Dessa forma, a inadimplência é uma consequência natural do endividamento indiscriminado (Campara, Vieira, Costa & dos Santos Fraga, 2016).

Independentemente deste nível de dívida ela pode ser desenvolvida de forma ativa ou passiva. A forma ativa é quando a pessoa tem plena consciência que seu consumo está ultrapassando suas possibilidades de pagamento e o faz mesmo assim. Já a dívida de forma passiva ocorre quando ela é contraída em uma situação em que o agente não tem controle dos acontecimentos como em casos de desemprego, doença ou morte de um familiar (Campara, Vieira, Costa & dos Santos Fraga, 2016).

Mesmo que a dívida seja adquirida de forma ativa ou passiva, ela causa consequências diversas na vida dos indivíduos. A pessoa quando fica inadimplente, passar a ter o nome vinculado a um cadastro de dívida ativa e em alguns casos pode até ser considerado excluído do sistema de crédito e impossibilitando o consumo a prazo (Lucke, Filipin, Brizolla & Vieira, 2014; Campara, Vieira, Costa & dos Santos Fraga, 2016).

Esta situação faz com que as pessoas procurem fontes de crédito não convencionais. Algumas famílias procuram fornecedores de crédito que não imponham tantos empecilhos, como requisitos de rendimento mínimo e a não vinculação do candidato ao crédito junto ao cadastro de dívida ativa (Carvalho, Sousa & Fuentes, 2017). No México por exemplo, é grande

a quantidade de indivíduos ou famílias que procuram por lojas de penhor filantrópicas ou comerciais para conseguir crédito através da troca de um bem por um valor em dinheiro (Hersch-Martínez & Rodríguez-Hernández, 2017).

Neste sentido, Denegri, Palavecinos, Ripoll & Yáñez (1999) apontam a existência de dois fatores de estilo de atitude tomada pelos indivíduos que são denominados de hedonismo e austeridade. A atitude hedonista tem como características ações que influenciam na contração de dívidas sem levar em consideração as consequências destes atos, já o estilo austero se caracteriza por apresentar atitudes mais conscientes e cautelosas ao endividamento na administração dos recursos financeiros (Carvalho, Lima, Mota & Freitas, 2015; Cruz Neto, Penãloza, Quezado & Gerhard, 2016).

A atitude ao endividamento possui uma relação com outros aspectos psicológicos como o bem-estar. O crescimento da atitude austera faz com que a sensação de bem-estar aumente em conjunto. Quando o conhecimento financeiro vai aumentando é comum que o indivíduo adote a austeridade financeira e isso provoca mudança no endividamento trazendo boas consequências (Cruz Neto, Penãloza, Quezado & Gerhard, 2016).

Um fator que afeta muito no endividamento é o materialismo, que pode ser entendido como a importância atribuída à aquisição e posse de bens materiais como objetivos de vida a serem alcançados pelo indivíduo. As pessoas quando são muito materialistas, possuem a aquisição de bens materiais como centrais em suas vidas, pois é visto como um indicador de sucesso e chave para a felicidade (Kunkel, Vieira & Potrich, 2015).

A característica materialista de muitos indivíduos se deve a uma cultura de consumo, que leva as pessoas a consumirem produtos e serviços não pela utilidade deles, mas pelo status que está agregado, pelos benefícios psicológicos (Cruz Neto, Penãloza, Quezado & Gerhard, 2016). A compra motivada por fatores psicológicos é uma característica do consumidor contemporâneo, que usa as compras como forma de melhorar a autoestima e autoimagem. O comportamento de compra quando passa a ser descontrolada pode gerar sofrimento psíquico, endividamento, além de outras consequências negativas (Medeiros, Diniz, da Cost, & Pereira, 2015).

Vista sobre um ponto de vista médico, a compra compulsiva é definida como uma desordem mental ou descontrole dos impulsos que se caracteriza por um desejo irresistível de se envolver em comportamentos irracionais ou prejudiciais para amenizar sentimentos de solidão e depressão. É identificado como um comportamento de compra repetitivo que se torna a principal resposta que a pessoa dá para os eventos e sentimentos negativos (Medeiros, Diniz, da Cost, & Pereira, 2015).

Neste contexto, a facilidade de acesso ao cartão de crédito pode ser algo negativo para pessoas mais materialistas e que possuam uma atitude mais hedonista. O desejo de alcançar um status social por meio da aquisição de bens materiais pode fazer com que esta utilize o cartão de crédito de forma indevida e assim resultando em dívidas (Kunkel, Vieira & Potrich, 2015).

Cabe ressaltar a utilização dos cartões de crédito pela população brasileira cresce anualmente. Segundo os dados da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS, em 2010 a quantidade de transações com cartões de crédito foi 3.149.845 milhares de vezes e em 2018 este número chegou a 6.382.621. Em relação a valores monetários, as transações com cartão de crédito em 2010 foram de R\$ 336.532,00 e em 2018 este valor chegou a atingir R\$ 815.164,00. Estes valores demonstram como este mercado cresceu nesta década (Donadio, Campanario & Rangel, 2012).

Ainda tratando sobre o materialismo, ressalta-se que este comportamento acontece em sua maioria com jovens. Isso ocorre porque quando o jovem está em progressão para a fase adulta, este começa a desejar autoestima e independência, e assim quer fazer suas próprias escolhas. A estima e domínio elevados de forma prematura pode afetar o autocontrole e a capacidade de tomar decisões a longo prazo (Carvalho, Sousa & Fuentes, 2017).

O jovem se depara com inúmeras possibilidades de compra, seja por meio físico ou virtual. Os incentivos a compra incluem as condições de pagamento, sistemas de entrega cada vez mais facilitados, produtos em lançamento, status social, impactos da mídia e grupos de referência de redes sociais, além da experiência de compra (Minella, Bertosso, Pauli & Dalla Corte, 2017).

Muitos jovens não conseguem atribuir um real significado para o dinheiro de um modo geral, seja de cédula ou cartão. Não só os jovens, mas grande parcela da população brasileira não possui um bom conhecimento sobre dinheiro, taxas de juros, diferença entre compras à vista ou a prazo, cheque especial, entre outros. O jovem não recebe conhecimento financeiro em casa ou na escola, passam a se aventurar no consumo e quando não têm o controle necessário acabam por endividar-se por não ter tido uma alfabetização financeira mesmo que básica (Minella, Bertosso, Pauli & Dalla Corte, 2017).

2.3 Alfabetização Financeira

A alfabetização financeira pode ser entendida como o conhecimento e a aplicação das informações que estão relacionadas as finanças pessoais que gere um comportamento capaz de melhorar o bem-estar financeiro de uma pessoa. É comum que o termo seja visto como sinônimo de educação financeira, mas a alfabetização vai além, pois, além do entendimento sobre as finanças, é preciso que se tenha também a aplicação destes conhecimentos nas finanças pessoais (Donadio, Campanario & Rangel, 2012; Fernandes, Lynch Jr. & Netemeyer, 2014).

Neste processo de aprendizagem as pessoas passam a compreender melhor conceitos e produtos financeiros, tais como controle de gastos diários, cartão de crédito, empréstimos, financiamento, investimentos, entre outros. Se tornam mais conscientes das oportunidades e riscos financeiros existentes. Desenvolvem confiança e habilidade de administrar suas finanças e estão mais propensos a tomar decisões mais acertadas (Minella, Bertosso, Pauli & Dalla Corte, 2017; Oliveira & Santana, 2019). O indivíduo adquire uma inteligência capaz de ler e interpretar números e posteriormente transforma-los em informações úteis para o planejamento de um consumo saudável e finanças equilibradas (Pinto & Coronel, 2012).

A alfabetização gera um grande benefício pessoal, mas além disso ela ajuda o mercado financeiro se desenvolver de maneira mais saudável e isto estimula a oferta de serviços melhores. A alfabetização financeira não é uma preocupação limitada às famílias e indivíduos, mas passa a ser também uma preocupação do governo e dos negócios. O mercado fica mais maduro e os cidadãos mais conscientes sobre a melhor forma de alocar seus recursos (Oliveira & Santana, 2019).

Nos Estados Unidos, houve nos anos 1950 e 1960, iniciativas políticas que buscavam melhorar a qualidade das decisões tomadas sobre as finanças pessoais através da educação financeira. Neste período os estados passaram a exigir que finanças pessoais, economia e outros tópicos que fazem referência a educação do consumidor, fossem incluídas no currículo educacional dos estudantes do ensino fundamental. Já na iniciativa privada essa gênese dos

estudos financeiros se deu ainda mais cedo, logo na Primeira Guerra Mundial (Fernandes, Lynch Jr. & Netemeyer, 2014).

Já o sistema educacional brasileiro é deficiente e é criticado por não possuir em sua grade curricular a disciplina de finanças pessoais e essa deficiência também chega até as faculdades, pois temas como orçamento pessoal e familiar, dinheiro e planejamento financeiro são completamente ignorados até mesmo em cursos como Administração e Ciências Econômicas que muitas vezes não tratam deste assunto. Os universitários possuem interesse de aprender sobre como administrar suas finanças, pois este analfabetismo faz com que estes tenham um risco maior de endividamento (Carvalho, Lima, Mota & Freitas, 2015).

Em uma pesquisa feita por Pinto & Coronel (2012) com pessoas que estão inadimplentes foi pedido que os pesquisados optassem por uma motivação que mais tivesse influencia na inadimplência em que se encontravam. Para 63,5% deles o descontrole financeiro foi responsável por afetar suas dívidas. Para alguns deles, essa situação pode ser explicada pela situação econômica desfavorável que tendo poucos recursos não conseguem acompanhar o crescimento dos preços de produtos e serviços. Para a maior parte das pessoas, isso se deve a decisões pessoais ligadas a falta de planejamento financeiro. Esta pesquisa reforça a ideia de que os brasileiros não possuem uma adequada formação financeira que os ajude a planejar as finanças pessoais e assumir novas obrigações apenas quando houver condições de cumpri-las (Medeiros, Diniz, da Costa & Pereira, 2015).

A limitação dos conhecimentos financeiros acarreta em maiores dificuldades dos indivíduos em compreender conceitos básicos sobre finanças. Nesse sentido, aumentar a alfabetização financeira pode dar uma grande contribuição para fortalecer uma economia mais estável, pois a pessoas conseguirão tomar decisões mais conscientes (Campara, Vieira, Costa, & dos Santos Fraga, 2016).

As intervenções educacionais que já ocorreram até agora não funcionaram bem. Fernandes, Lynch Jr, e Netemeyer (2014) sugerem direções futuras para a educação financeira. Para eles, a educação deve começar ensinado habilidades mais leves, como a propensão a planejar, disposição de assumir riscos e confiança na pró-atividade. Além disso, sugerem que há a necessidade de aplicar os conhecimentos, ou ele decairá com o desuso. Medeiros, Diniz, da Costa & Pereira (2015) veem a importância de que se mude também o comportamento de consumo. Um consumo não materialista, mais simples e hedonista pode estimular experiências de consumo que não levem a acumulação de bens como fonte da felicidade e assim, podendo gerar a diminuição de estresse, compras compulsivas, e outras doenças.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Esta é uma pesquisa transversal de abordagem quantitativa, pois apresenta resultados que podem ser quantificados e recorre a linguagem matemática para conseguir descrever as causas de um determinado fenômeno (Gerhardt & Silveira, 2009). E trata-se de um estudo descritivo.

O método utilizando para a pesquisa foi um levantamento de dados secundários das bases de dados dos índices PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor) e ICF (Intenção de Compra das famílias) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC.

As bases de dados mantida pela CNC começaram a ser construídas em janeiro de 2010 e são pesquisas coletadas mensalmente com o auxílio do Fecomércio de cada estado. Os dados

coletados pelo PEIC buscam identificar o nível de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras, já o ICF busca antecipar o comportamento das vendas do comércio, através de sondagem acerca da condição de vida das famílias (trabalho, renda e consumo). É importante destacar que este índice identifica otimismo ou pessimismo das famílias na intenção de compra. A neutralidade do índice é indicado pelo valor 100,0, acima disto é sinal de otimismo e abaixo deste valor é sinal de pessimismo para o consumo.

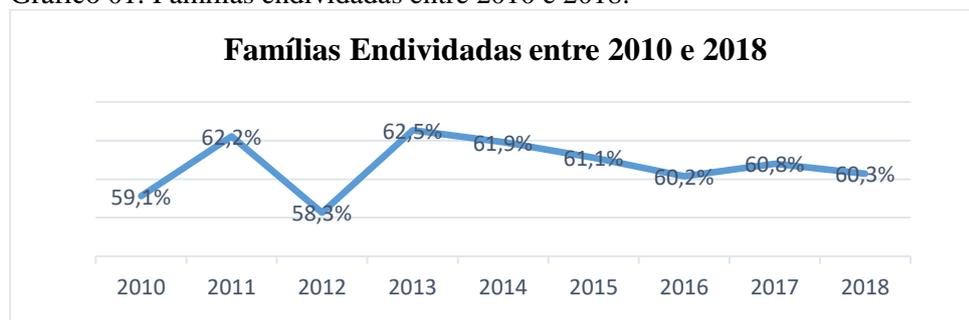
Esta base de dados já foi utilizada anteriormente por Donadio, Campanario & Rangel (2012). A principal diferença é a proposta de analisar a linha histórica do PEIC e ICF entre os anos de 2010 e 2018. O tratamento dos dados foi feito utilizando o Office Excel e a técnica de análise escolhida foi a estatística descritiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente serão demonstrados dados acerca do PEIC. Este índice coleta informações mensalmente sobre o nível de endividamento das famílias, o tipo de dívida possuída, o percentual de famílias com contas e dívidas em atraso, além de identificar o tempo e percentual da renda em que estes estão comprometidos com a dívida.

A primeira análise diz respeito ao percentual de famílias que estão com dívidas em atraso. O gráfico 01 apresenta a variação deste percentual ao longo destes nove anos de pesquisa.

Gráfico 01: Famílias endividadas entre 2010 e 2018.



Fonte: Confeccionado pelos autores, 2019.

Percebe-se que dentro deste período de tempo analisado, o percentual de famílias com dívidas sempre esteve ultrapassando a metade. Os anos de 2010 e 2012 foram aqueles que apresentaram menores valores (59,1% e 58,3, respectivamente), mas em contrapartida, o ano de 2013 foi aquele que teve uma maior quantidade de famílias com dívidas atrasadas (62,5%). É interessante perceber que após este ano de grande alta, as famílias foram se endividando menos nos anos seguintes, o gráfico mostra quedas constantes, tendo um aumento apenas em 2017.

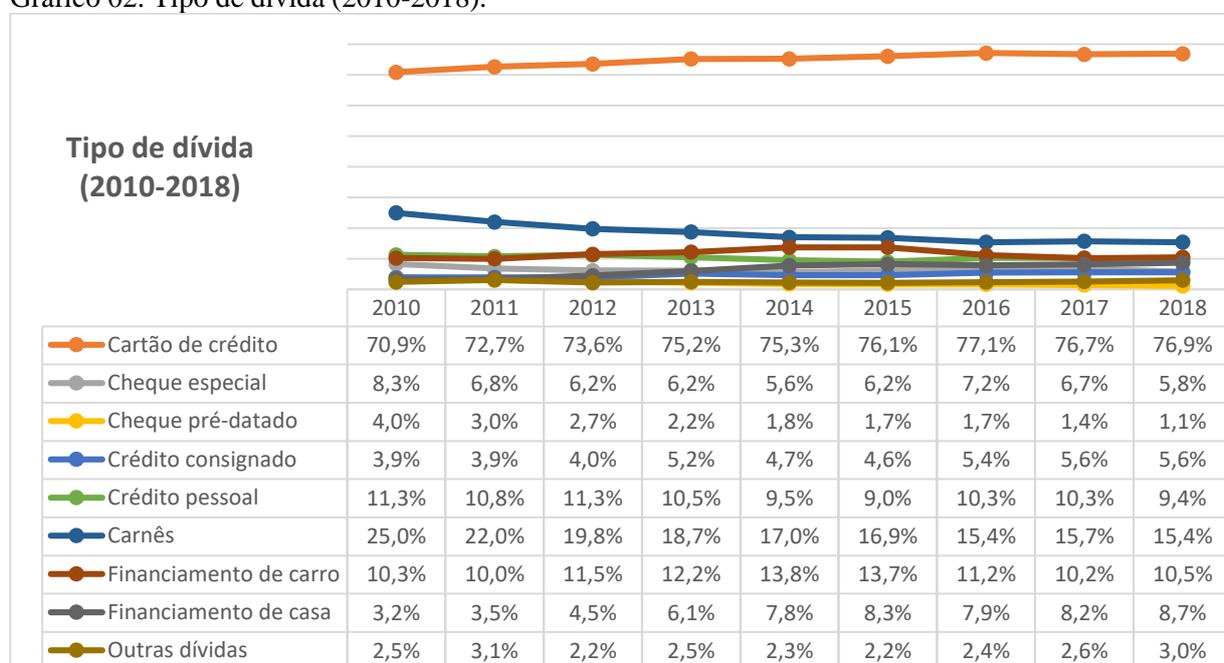
Estes dados podem ter relação com o momento econômico vivido pelo país. Segundo Gerbelli (2019), o Brasil teve sua economia encolhida sucessivamente desde 2014. O país teve um crescimento de dívida acelerado e com isso veio também a desconfiança em relação a saúde financeira brasileira, de forma que isso afetou o crescimento econômico.

A segunda análise proposta é sobre o tipo de dívida que estas famílias possuem. O gráfico 02 apresenta as principais opções em que as pessoas costumam manter dívidas. Cabe destacar que uma mesma família pode possuir tipos diferentes dívidas.

Observando o gráfico e a tabela de dados é possível identificar que as dívidas com cartão de crédito neste período analisado foi de longe a mais citada nas pesquisas. Em 2010 este valor era de 70,9% e chegou a 2018 com 76,9%. Houveram pequenas variações para baixo neste período, porém o crescimento desta fonte de dívida foi mais acentuado.

Esta informação corrobora com os dados da ABECS, que demonstra um grande crescimento tanto na quantidade de transações, como nos valores monetários que são transacionados. Esta é uma fonte que se popularizou principalmente devido aos prejuízos que os lojistas tinham de receber do cliente através de cheque e carnês por exemplo. Com o cartão de crédito, o risco é totalmente assumido pelas empresas emissoras do cartão, que aplicam altas taxas de juros mensais e anuais em caso de atraso ou não pagamento das faturas. E a população abraçou este meio de pagamento por ter uma maior facilidade e segurança, pois assim não precisam andar com dinheiro de papel, correndo o risco de assaltos (Abecs, 2019).

Gráfico 02: Tipo de dívida (2010-2018).

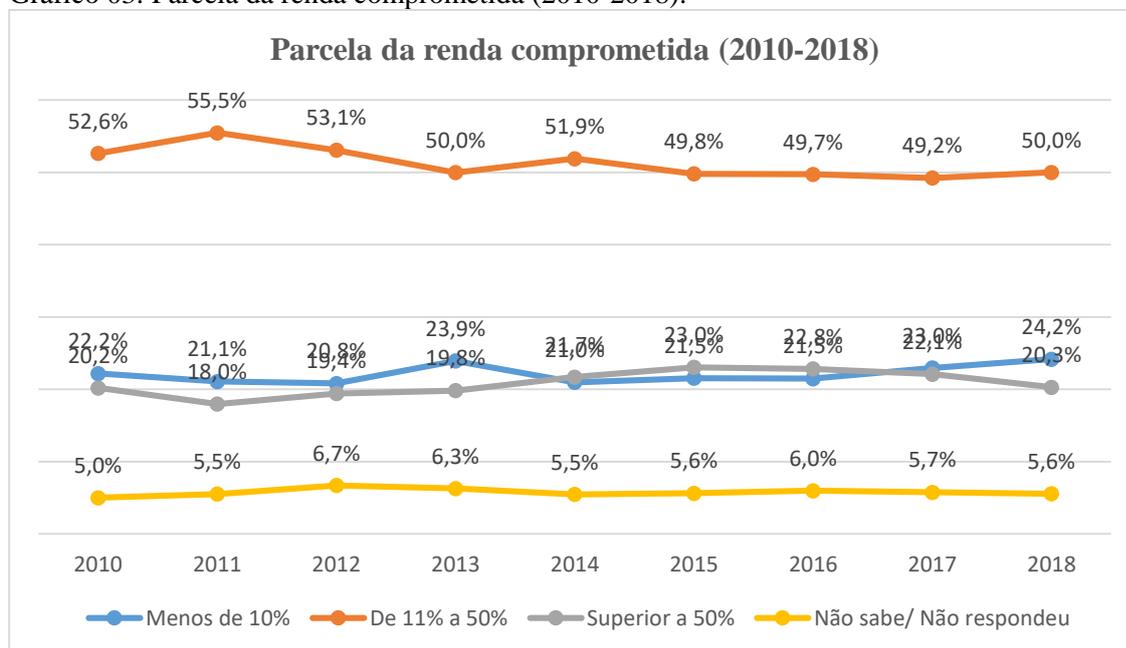


Fonte: Confeccionado pelos autores, 2019.

Outra percepção está relacionada a segunda resposta mais dada. O tipo de dívida por meio de carnês era utilizado por 25% das famílias em 2010, mas esta quantidade foi tendo uma queda constante. Esta característica que foi contrária à movimentação do cartão de crédito, leva-nos a supor que esta forma de contração de dívida pode estar sendo substituída pelo uso de cartão de crédito gradativamente. O gráfico 03 a seguir apresenta o percentual da renda das famílias que estiveram comprometidas com dívidas neste período.

Dentre as opções apresentadas, a maioria das famílias possuem de 11% a 50% da renda já comprometidas com dívidas anteriores. É um percentual alto, mas que se bem administrado pode ser revertido antes que tornem inadimplentes. Em relação a menor parcela comprometida, que é menos de 10%, oscilou ao longo dos anos entre 20,8% (2012) e 24,2% (2018), sendo estes o menor e o maior valor atingidos na série.

Gráfico 03: Parcela da renda comprometida (2010-2018).



Fonte: Confeccionado pelos autores, 2019.

A variável mais preocupante desta informação é aquela em que as famílias possuem mais de 50% da renda comprometida com as dívidas. Em 2011 houve uma queda deste percentual e um aumento naqueles que comprometem de 11% a 50%, nos levando a supor que neste ano as pessoas conseguiram comprometer menos suas rendas.

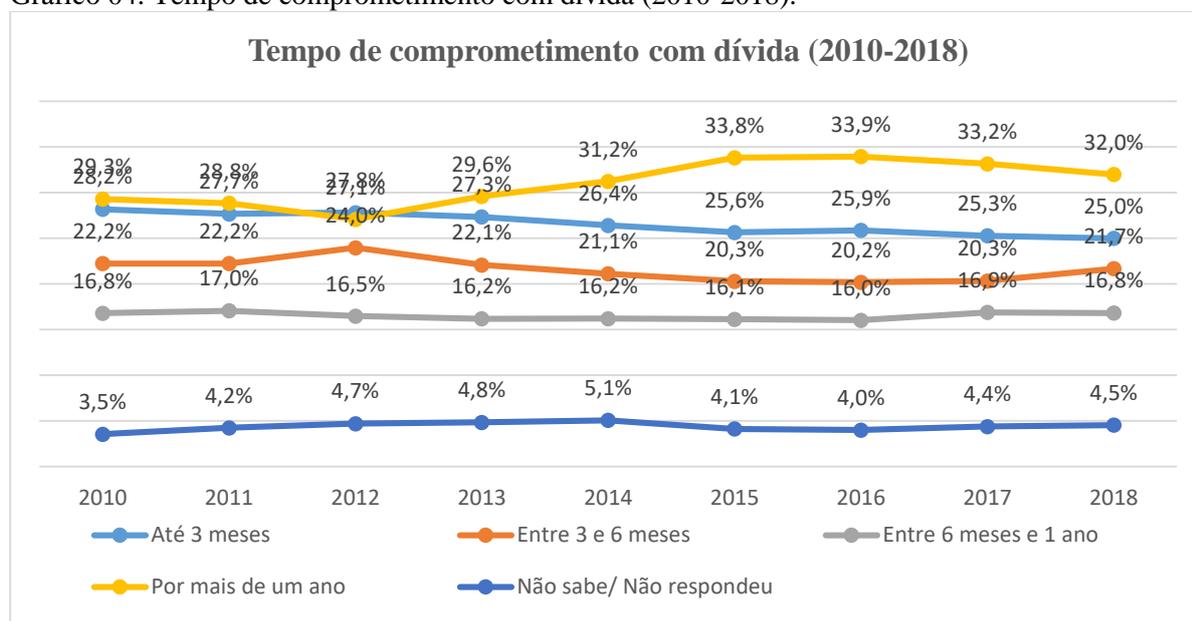
Em 2012, o percentual de renda comprometida acima de 50% começou a ter crescimento que foi gradativo até o ano de 2015. Este período coincide com o momento em que a economia brasileira recuou. Em 2015 este recuo foi de 3,5%, seguido por 3,3% em 2016. Estes valores foram marcos negativos na história econômica do país, pois uma recessão assim em dois anos seguidos não acontecia no Brasil desde de 1930 e 1931, quando se recuperava dos efeitos da crise de 1929 (Gerbelli, 2019).

Uma outra informação percebida do gráfico é uma queda no comprometimento da renda superior a 50% e aumento no comprometimento da renda até 10%. Este é um sinal positivo para as famílias brasileiras, pois este dado demonstra um recuo na realização dívidas.

A próxima análise busca perceber o tempo em que estas famílias estarão comprometidas com dívidas. O gráfico 04 apresenta as informações referente a este tempo.

De acordo com estas informações, é possível perceber que a maioria das famílias estão entre os dois extremos, ou conseguirão pagar o que devem em até três meses, ou estão comprometidos com dívidas por mais de um ano, sendo que esta opção foi escolhida pela maior parte dos pesquisados em oito dos nove anos pesquisados. Apenas em 2012 a maioria das famílias conseguiriam pagar suas dívidas em até três meses (27,8%).

Gráfico 04: Tempo de comprometimento com dívida (2010-2018).



Fonte: Confeccionado pelos autores, 2019.

Colocando em evidência o percentual que tinham comprometimento com dívidas por mais de um ano, observa-se que em 2012 esta quantidade reduziu, chegando a 27,1%, mas em contrapartida este valor voltou a crescer no ano seguinte (29,6%) e foi aumentando gradativamente a cada ano até 2016, ano em que atingiu o maior valor da série (33,95). Já em 2017 e 2018 este valor voltou a regredir.

E por fim, após analisar estas informações da PEIC, agora a análise será feita sobre o índice ICF. Com o índice anterior foi possível perceber dados importantes sobre o endividamento e inadimplência, já com este índice apresentado no quadro 01 será possível observar como se deu a intenção de consumo das famílias brasileiras nesta década.

Quadro 01: Intenção de Consumo das Famílias (2010-2018).

ICF (Total)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Emprego Atual	134,7	138,2	137,5	134,2	132,0	115,1	103,7	107,6	112,9
Perspectiva Profissional	130,8	135,5	134,6	128,1	123,7	108,6	97,7	97,8	102,8
Renda Atual	145,1	145,3	145,9	142,2	138,9	112,0	90,1	91,5	100,4
Acesso ao crédito	146,2	144,9	146,5	135,3	128,0	93,7	68,2	70,5	79,6
Nível de Consumo Atual	108,5	107,3	109,3	103,3	100,6	72,0	48,7	53,7	65,3
Perspectiva de Consumo	144,0	140,3	142,3	133,9	130,0	83,1	59,2	71,3	85,6
Momento para Duráveis	138,2	134,8	138,8	127,1	109,7	68,1	45,8	53,1	61,7
Índice (Em Pontos)	135,3	135,2	136,4	129,2	123,3	93,2	73,3	77,9	86,9

Fonte: Adaptado de CNC (2019).

Este índice busca, através de sondagem acerca da condição de vida das famílias, antecipar o comportamento das vendas do comércio. Dentre as variáveis presentes no cálculo

dele estão: emprego atual, perspectiva profissional, renda atual, acesso ao crédito, nível de consumo, perspectivas de consumo e momento para duráveis. A soma destas informações irá gerar o ICF. Cabe ressaltar que o índice irá identificar o otimismo ou pessimismo das famílias em relação a estas variáveis e a intenção de compra, onde a neutralidade é indicado pelo valor 100,0. Valores maiores sinalizam otimismo e valores menores sinalizam pessimismo para o consumo.

De modo geral, os dados deste quadro nos mostram que não houve nenhuma variável que se destoasse das outras, pois quando uma cresceu ou diminuiu, as demais estavam acompanhando. É sinal de que estas variáveis são afetadas em conjunto na vida das pessoas. E isto irá refletir no ICF, que é o valor médio das demais informações.

O ano de 2010 foi aquele que apresenta uma perspectiva mais positiva em relação a intenção de consumo. Uma boa renda, acesso ao crédito, perspectiva profissional e era percebido como um bom momento para adquirir duráveis. Este cenário se manteve mais ou menos no mesmo patamar até 2013.

Em 2014 a queda do ICF foi mais acentuada, supõe-se que a população foi sentindo o momento do Brasil e as perspectivas no geral caíram ainda mais em 2015 e 2016, anos que o país vivia uma grave recessão e encolhimento do PIB. Em 2017 e 2018 o PIB voltou a crescer e isso refletiu no índice que também vêm aumentando, apesar de continuar com o valor abaixo de 100,0 pontos (Gerbelli, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou informações da PEIC e ICF, possibilitando perceber dados importantes sobre endividamento, inadimplência e intenção de consumo das famílias. Os principais resultados mostram que no Brasil existe uma parcela grande de famílias endividadas e estas possuem em sua maioria cerca de 11% a 50% da sua renda mensal já comprometida com dívidas. A principal fonte de dívidas está concentrada nos cartões de crédito, uma forma de pagamento que ganhou um grande espaço e é utilizado pelos consumidores cada vez mais. O tempo de comprometimento com dívidas da maioria passa de um ano.

Tanto os dados do PEIC como do ICF apontam que o ano de 2012 foi aquele em que as pessoas estavam melhor financeiramente e mais conscientes das dívidas, já em 2015 e 2016 houve uma retração na intenção de consumo e aumento de dívidas e complicações financeiras. Supõe-se que devido as dificuldades e a um crescimento econômico no país, em 2017 e 2018 as famílias passaram a se comprometer menos com dívidas em busca de uma melhor saúde financeira.

A limitações deste estudo está na incapacidade de afirmar as motivações reais que influenciaram na forma como ocorreram as dívidas e intenção de consumo dos pesquisados. Assim, a sugestão para trabalhos futuros é fazer uma pesquisa de cunho qualitativo com pessoas que estejam nas três fases do endividamento demonstradas neste trabalho, buscando entender suas motivações, conhecimentos financeiros e metas para sair desta situação desconfortável de endividamento, sobre-endividamento e inadimplência.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Empresas de Cartões e Serviços (2019). *ABECS*. Acedido a 21 de junho de 2019 em <https://www.abecs.org.br/>.

Barberis, N., & Thaler, R. (2003). A survey of behavioral finance. *Handbook of the Economics of Finance, I*, 1053-1128. doi: 10.1016/S1574-0102(03)01027-6.

Campara, J. P., Vieira, K. M., Costa, V. M. F., & dos Santos Fraga, L. (2016). O Dilema dos Inadimplentes: Antecedentes e Consequentes do “nome sujo”. *Revista Brasileira de Marketing, 15*(1), 71-85. doi: 10.5585/remark.v15i1.2941

Carvalho, H. A. D., Lima, F., Mota, M., & Freitas, A. (2015). Educação financeira e propensão ao endividamento entre jovens detentores do cartão de crédito universitário. *Revista FFBusiness, 13*(15).

Carvalho, H. A. D., Sousa, F. G. P. & Fuentes, V. L. P. (2017). Representação Social do Endividamento Individual. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 11*(1). doi: 10.12712/rpca.v11i1.777.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2019). CNC. Acedido a 02 de maio de 2019 em <http://cnc.org.br/>.

Contreras, L., La Fuente, C., Fuentealba, J., García, A., & Soto, M. (2006). Psicología del endeudamiento: una investigación teórica. *Document prepared for the subject of Economic Psychology, dictated in the Universidad de la Frontera*.

Cruz Neto, L. A. D. S., Penãloza, V., Quezado, I., & Gerhard, F. (2016, September). Atitude ao Endividamento e Comportamento de Gestão Financeira do Consumidor. In *CLAV 2016*.

Daros, M., & Pinto, N. G. M. (2017). Inadimplência no Brasil: Uma Análise das Evidências Empíricas. *Revista de Administração IMED, 7*(1), 208-229. doi: 10.18256/2237-7956/raimed.v7n1p208-229.

Denegri, M., Palavecinos, M., Ripoll, M., & Yáñez, V. (1999). Caracterización psicológica del consumidor de la IX Región. *Consumir para Vivir y no Vivir para Consumir, 7*-31.

Donadio, R., Campanario, M. D. A., & Rangel, A. D. S. R. (2012). O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. *Revista Brasileira de Marketing, 11*(1), 75-93. doi: 10.5585/remark.v11i1.2281.

Fernandes, D., Lynch Jr, J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. *Management Science, 60*(8), 1861-1883. doi: 10.1287/mnsc.2013.1849.

Flores, S. A. M., Vieira, K. M., & Coronel, D. A. (2013). Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. *Revista de Administração FACES Journal, 12*(2). doi: 10.21714/1984-6975FACES2013V12N2ART808.

Gerbelli, L. G. (2019). Brasil caminha para década com crescimento mais fraco em 120 anos. In *Portal de Notícias da Globo*. Recuperada a 21 de junho de 2019 em

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/brasil-caminha-para-decada-com-crescimento-mais-fraco-em-120-anos.ghtml>.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Plageder.

Hersch-Martínez, P., & Rodríguez-Hernández, B. (2017). Un marcador epidemiológico invisibilizado: el endeudamiento en una población afroamericana de Oaxaca. *salud pública de México*, 59, 193-201. doi: 10.21149/7841.

Kunkel, F. I. R., Vieira, K. M., & Potrich, A. C. G. (2015). Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. *Revista de Administração*, 50(2), 169-182. doi: 10.5700/rausp1192.

Lemos, A. Q., Serra, F. A. R., & de Siqueira, E. O. (2017). O Acesso Ao Ensino Superior E O Problema Da Inadimplência: Um Estudo Sobre Os Fatores Determinantes Da Capacidade Pagadora De Alunos Numa Instituição Particular. *International Journal of Professional Business Review: Int. J. Prof. Bus. Rev.*, 2(2), 23-35. doi: 10.26668/businessreview/2017.v2i2.44.

Lucke, V. A. C., Filipin, R., Brizolla, M. M. B., & Vieira, E. P. (2014). Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da região noroeste do estado do RS. *Anais dos Seminários em Administração, São Paulo, SP, Brasil*, 17.

Medeiros, F. G. D., Diniz, I. S. F. N., da Costa, F. J., & Pereira, R. D. C. F. (2015). Influência de estresse, materialismo e autoestima na compra compulsiva de adolescentes. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(spe2), 137-156. doi: 10.1590/1982-7849rac20151553.

Minella, J. M., Bertosso, H., Pauli, J., & Dalla Corte, V. F. (2017). A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens. *Gestão & Planejamento-G&P*, 18. doi: 10.21714/2178-8030gep.v18.4257.

Oliveira, S. F. D., & Santana, P. M. (2019). Financial education at workplace. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 13(1), 123-149. doi: 10.12712/rpca.v13i1.27693.

Pinto, N. G. M., & Coronel, D. A. (2012). Inadimplência no Serviço de TV por Assinatura: um estudo sobre as causas e reflexos de uma empresa de Santa Maria-RS. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, 4(2).

Shiller, R. J. (2003). From efficient markets theory to behavioral finance. *Journal of economic perspectives*, 17(1), 83-104. doi: 10.1257/089533003321164967.

Zerrenner, S. A. (2007). *Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). doi: 10.11606/D.12.2007.tde-13112007-120236.